



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo

GOVERNO MUNICIPAL DE  
**ITUVERAVA**



ITUVERAVA, EU AMO, EU CUIDO!

**CONVÊNIO nº 006/2020/SMS - QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA, e a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITUVERAVA para Realização de Cirurgias Eletivas no período de 01.01.2020 a 31.12.2020, para a Secretaria da Saúde.”**

Pelo presente instrumento, os abaixo-assinados, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA**, CNPJ 46.710.422/0001-51, com sede à Rua João José de Paula nº 776, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **ADRIANA QUIREZA JACOB LIMA MACHADO**, brasileira, viúva, agente política, portadora do RG. 9.153.268-1 SSPSP., inscrita no CPF sob n. 041.469.098-221, residente à Rua Cel. Dionísio Barbosa Sandoval n. 715, Ituverava-SP., e pela Secretária Municipal de Saúde, **JANINE CARVALHO FERREIRA ROKUTAN**, brasileira, casada, servidora pública municipal, portadora do RG. nº 25.455.474-X SSPSP., inscrita no CPF sob n. 214.462.138-11, residente e domiciliada na Rua Maria Terezinha Praes Machado n. 129, Ituverava-SP., doravante denominada **PREFEITURA** e, de outro lado, a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITUVERAVA CCGC/MF** nº 50.304.377/0001/02, inscrita no **CREMESP** sob nº 01623 com sede em Ituverava à Praça Monsenhor João Rulli, nº 729, e com estatuto arquivado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Ituverava, em 13/11/47, sob nº 21, neste ato representado por seu Presidente, **LUIZ CARLOS RODRIGUES**, brasileiro, viúvo, empresário, portador do RG. n. 5.082.127-1 SSPSP., inscrito no CPF sob n. 542.564.378-00, residente e domiciliado na Rua Anhanguera n. 902, Ituverava-SP., doravante denominada **CONVENIADA**, tendo em vista o que dispõe sobre a Constituição Federal, em especial seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes; as Leis nº 8.080/90 e 8142/90, a Lei Federal nº 8666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8883/94 e demais disposições legais e regulamentadas aplicáveis a espécie, têm entre si, justo e acordo, o presente Convênio de assistência à saúde na forma e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo

GOVERNO MUNICIPAL DE  
**ITUVERAVA**



ITUVERAVA, EU AMO, EU CUIDO!

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente convênio compreende a atuação coordenada dos Convenientes para a realização de cirurgias eletivas definidos no Plano de Trabalho, parte integrante deste termo, e condição de sua eficácia, elaborado de acordo com as regras definidas pelo Município, devidamente aprovadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações dos Partícipes:

### I. DA CONVENENTE

a) Repassar a CONVENIADA, o montante previsto na CLÁUSULA QUARTA, a fim de subsidiar a execução do objeto do presente Convênio;

b) Aprovar, excepcionalmente, alteração do programa da execução deste Convênio, mediante proposta da CONVENIADA, fundamentada em razões concretas que a justifique, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao término de sua vigência;

c) Dar ciência deste Convênio à Câmara Municipal. Conforme determina o §2º do art. 116 da Lei nº 8.666/93;

d) Fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes, expedirem relatórios de execução do convênio e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

e) Analisar e, mediante despacho fundamentado, aprovar ou rejeitar as prestações de contas parciais e finais dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio e emitir parecer conclusivo.

*[Handwritten signature]*



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo



- f) Suspender, por iniciativa própria, novos repasses em caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas;
- g) Divulgar em sítio oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às conveniadas, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- h) Fornecer a CONVENIADA normas e instruções para prestação de contas dos recursos do Convênio.

## II. DA CONVENIADA

- a) Executar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado e, aplicar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;
- b) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros que serão repassados pela CONVENIENTE para a execução do objeto do presente Convênio;
- c) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;
- d) Emitir relatório em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, sobre a execução do convênio no período, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- e) Prestar contas finais com observância do prazo e na forma estabelecida na CLÁUSULA OITAVA deste instrumento;
- f) A contratação entre a CONVENIADA e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste Convênio, não induzirá em solidariedade jurídica à CONVENIENTE, bem como não existirá vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhadas, não cabendo ao contrato qualquer reclamação trabalhista contra a CONVENIENTE de ordem administrativa, judicial ou extrajudicial;

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Joni' or similar.*



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo



g) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio, nos termos da legislação em vigor.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2020, correspondente ao prazo máximo para execução de seu objeto, conforme expresso no Plano de Trabalho, a contar da data da assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO: A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada por igual período mediante termo aditivo, por solicitação da CONVENIENTE devidamente justificada e formulada, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulares, por igual período total de vigência não exceda 60 (sessenta) meses.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do objeto de presente convênio, serão destinados o recurso montante total anual de até **RS 1.920.000,00 (um milhão e novecentos e vinte mil reais)**, que serão repassados em 12 (doze) parcelas, conforme cronograma de desembolso aprovado pelo Poder Público em Plano de Trabalho.

As despesas dos serviços realizados por força deste Convênio correrão no presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.10.00 – Secretaria da Saúde

02.10.02 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1009.2.028 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde

3.3.50.39.00 – Out. Serv. Terceiros.



## CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos deverão ser aplicados integralmente na atividade a ser executada pela CONVENIENTE, de acordo com o Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de utilização for igual ou superior a um mês, ou e, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos da dívida pública, quando a utilização se verificar em prazo menor que um mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto de sua finalidade, estando às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos, não podendo ser consideradas como contrapartida.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Eventuais saldos verificados no encerramento da execução da vigência deste instrumento, após conciliação bancária, deverão ser restituído ao Município.

PARÁGRAFO QUARTO – Ocorrendo improbidades na execução deste Convênio, obriga-se a CONVENIENTE a suspender a autorização para execução dos serviços, e a notificar, de imediato, o representante legal da CONVENIADA, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 20 (vinte) dias, nos casos a seguir específicos:

a) Quando não houver comprovação da correta aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela CONVENIENTE;

b) Quando verificado desvio da finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Convênio; e

c) Quando a CONVENIADA descumprir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Convênio.

*Assinatura*  
*Assinatura*



**CLÁUSULA SEXTA – DAS PROIBIÇÕES**

É vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante legal da CONVENIADA, para:

- a) Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) Finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- c) Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- d) Realização de despesas com tarifas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;
- e) Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- f) A redistribuição dos recursos referente à execução do objeto de presente convênio a outras entidades, congêneres ou não.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO**

A execução do presente convênio será avaliada pelos Órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sob critérios fundamentados e em atendimento a situações excepcionais poderão ser realizadas auditorias especializadas, respeitado o sigilo legal que envolvem os prontuários médicos dos pacientes e a soberania da Entidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONVENIADA poderá ensejar a não prorrogação deste Convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Rafael' and other illegible marks.*



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo

GOVERNO MUNICIPAL DE  
**ITUVERAVA**



ITUVERAVA, EU AMO, EU CUIDO!

PARÁGRAFO TERCEIRO – A fiscalização exercida pela COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE sobre os procedimentos ora conveniada não eximirá a CONVENIADA da sua plena responsabilidade perante o Poder Público Municipal e/ou Ministério da Saúde e/ou Secretaria Estadual da Saúde ou para com os pacientes e terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONVENIADA preservada sua autonomia estatutária e regras internas de acesso a áreas de segurança e risco facilitarão, à Comissão Municipal de Saúde e seus Órgãos, o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

PARÁGRAFO QUINTO – Em qualquer hipótese de constatação de irregularidade será assegurado à CONVENIADA amplo direito de defesa.

## CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter documentos e formulários, devidamente preenchidos e assinados pelo representante legal da CONVENIADA garantindo o cumprimento da Lei vigente e Instruções do TCE/SP, bem como respeitar as normas brasileiras de contabilidade, para fins de fiscalização contábil, financeira, operacional e fechamento do exercício, que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, atendendo a legalidade.

MENSALMENTE, até o final do mês seguinte ao recebimento do recurso, na Secretaria celebrante da parceria, as seguintes informações para prestações de contas:

- a) Ofício de Encaminhamento de Prestação de Contas com todos os documentos relacionados e assinados pelo representante legal da CONVENIADA;
- b) Demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recursos, individualizando os gastos pela forma de contratação.
- c) Cópias de Notas Fiscais / Faturas com identificação do número da parceria, atestando os serviços, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento;

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Jen" or "Jen Romp".*



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo



- d) Cópias das Guias de recolhimento de INSS, ISS e FGTS; com identificação do número do convênio, atestadas os serviços, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento;
- e) Extrato da conta bancária onde os recursos foram movimentados, tanto da conta corrente, quanto da conta de aplicação, se houver;
- f) Relação dos atendimentos no período;
- g) Manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão público concessor;
- h) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- i) Relatório de cumprimento do Objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONVENIADA deverá apresentar prestação de contas ANUAL ao encerramento de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto, na Secretaria celebrante da parceria, as seguintes informações para prestação de contas:

- a) Demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recurso, individualizada os gastos pela forma de contratação.
- b) Relação dos contratos e respectivos aditamentos, firmados com a utilização de recursos públicos administrativos pela entidade conveniada, para os fins estabelecidos no convênio, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;
- c) Relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do convênio, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, assinado pelo representante legal da entidade conveniada;
- d) Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. Rom' and 'Jem'.*



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo



- e) Publicação do balanço patrimonial da entidade conveniada, dos exercícios encerrados e anterior;
- f) Demais demonstrações contábeis e financeiras da entidade conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;
- g) Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilidade profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;
- h) Comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados.

## CLÁUSULA NONA - APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE REPASSE

Para que se efetive o repasse financeiro mensal, é imprescindível que a realização dos procedimentos seja mediante autorização pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme cronograma estabelecido.

Plano de aplicação de recursos financeiros: **Executar as demandas de cirurgias eletivas em especialidades não disponíveis na rede pública municipal, a título de complementação dos valores da tabela SUS.** Custeio – Material de Consumo Geral e Prestação de Serviços, valor total de **R\$ 1.920.000,00 (um milhão e novecentos e vinte mil reais)**, em 12 (doze) parcelas mensais, de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

## CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DOCUMENTOS DE DESPESAS

As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais, devendo os recibos e notas fiscais ser emitidos em nome da CONVENIADA.

Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao ajuste selecionado, referente à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou de origem pública, depois de contabilizados, ficarão arquivados na conveniada à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado da matéria.

*Assinatura manuscrita em azul*



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando se tratar de notas fiscais de produtos e serviços, essas deverão trazer como detalhamento obrigatório no campo “Discriminação” as seguintes informações:

- a) Especificação detalhada com valor unitário, valor total, quantidade, serviço prestado ou do produto;
- b) Local onde o serviço foi prestado, se referente a serviço;
- c) Identificação do órgão/entidade público (a) conveniente a que se referem com o número da parceria.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando se tratar de pagamento pessoal, mediante previsão no plano de trabalho, a comprovação se dará pela apresentação de holerite com o atestado de recebimento do funcionário.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao ajuste selecionado, referentes á comprovação da aplicação dos recursos próprios e /ou de origem pública, depois de contabilizados, ficarão arquivados na conveniada à disposição neste Tribunal, por 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado da matéria.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração deste Convênio será objeto de Termo Aditivo, a ser celebrado nos termos da legislação pertinente à matéria.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MORA, INADIMPLÊNCIA OU INEXECUÇÃO CONTRATUAL

Constitui-se justo motivo a ensejar a rescisão do presente Convênio, a inexecução satisfatória dos serviços pela CONVENIADA, atestada mediante prévia Auditoria Técnica realizada para esta finalidade, garantindo à mesma o recebimento de todo e quaisquer valores ainda não liquidados ou exigíveis por conta do presente pacto até a presente rescisão.

Fica ajustado que não será devido qualquer ressarcimento ou multa pela rescisão unilateral ou forçado do presente Convênio, se garantido somente a quitação dos valores pendentes nos termos do parágrafo anterior.

*Assinado*  
*Assinado*



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo



## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado, por extrato, em local próprio para publicação de atos da Administração Municipal e no Diário Oficial do Estado – DOE.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Ituverava, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente CONVÊNIO, que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Estadual de Saúde.

E por estarem às partes justas e conveniadas, firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Ituverava-SP, 23 de dezembro de 2019.

ADRIANA QUIREZA JACOB LIMA MACHADO  
PREFEITA MUNICIPAL

JANINE CARVALHO FERREIRA ROKUTAN  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE INTERINA

LUIZ CARLOS RODRIGUES  
PRESIDENTE DA SANTA CASA

Publicado e registrado na Secretaria Executiva da Prefeitura Municipal de Ituverava, em 23 de dezembro de 2019.



# Prefeitura Municipal de Ituverava

Estado de São Paulo



## TESTEMUNHAS:

1) Júlia Maria S. Chagas  
RG N. 40.629.911-0

2) Shiaco B. Sakamoto  
RG N. 48.436.277-1